

# Participação cidadã e controle social – Construção de Processos Participativos na discussão de Planos Diretores

ARQ. PAOLA PAES MANSO

JUNDIAÍ

19 de Fevereiro de 2014

## Apresentação dos participantes

Nome – Conselho que participa e segmento  
entidade/instituição que representa

# Participação Cidadã e controle social: por uma cultura democrática e transformadora na vida pública

Hoje em dia, é comum ouvir falar em “*participação*”. Diferentes governos, partidos e organizações da sociedade usam o termo como se todos defendessem a mesma coisa.

A *participação* (social, popular, cidadã) e o controle social das políticas públicas, foram obtidos a partir das lutas dos movimentos sociais e outros setores da sociedade, organizados em torno da conquista de direitos e melhores condições de vida.

A *participação* social tem se ampliado também por vontade política de governos democrático-populares.

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu os princípios de *participação* da sociedade na elaboração, gestão e controle das políticas públicas, que até então não existiam.

O Estatuto da Cidade de 2001 prevê a *participação* social como forma de gestão das cidades e do meio ambiente.

A *participação* e o controle social estão previstos em lei por meio de canais institucionalizados tais como Conselhos, Conferências e Audiências Públicas, no executivo e no legislativo.

Sua ação é fiscalizada pelo Ministério Público.

A participação cidadã permite que os interesses sociais de todos os atores sociais marginalizados ou não, se expressem publicamente.

A ampliação dos espaços e do alcance da participação favorece que sejam explicitados os conflitos de interesse, e as negociações e soluções podem ser tratadas **de forma pública**.

Para que a participação e o controle social sejam efetivos é preciso ter claro:

- Que a participação e o controle social são fundamentais para romper com os privilégios para poucos;
- Que o exercício da participação cidadã e do controle social favorece a construção de uma cultura democrática;

- Que a participação cidadã qualifica as ações de governo e de estado, desde as políticas setoriais até os processos de planejamento das cidades, de elaboração do plano plurianual e plano diretor.
- Que a participação se dá como processo contínuo e não como um evento.

Além de ética e politicamente justa, a participação social favorece a correlação de forças em favor de políticas transformadoras.

Além de possibilitar o encontro de melhores soluções para os problemas da população, a participação social também fortalece a concretização do programa de governo e da proposta do mandato parlamentar, **compartilhando as decisões sobre iniciativas de interesse público com a sociedade.**

Como você acha que deve se dar participação social na revisão do Plano Diretor de Jundiaí?

Estudos de Caso: Construção de  
processos participativos na discussão  
dos Planos Diretores de:

SANTO ANDRÉ E VINHEDO

# Plano Diretor PARTICIPATIVO de Santo André

2002- 2004





## PDP SANTO ANDRÉ

O *Plano Diretor Participativo de Santo André* obedeceu a um processo de caráter **formativo**, em que população e poder público foram **co-partícipes na construção do planejamento da cidade**, ao mesmo tempo em que **negociaram pontos polêmicos na busca do consenso** para a conclusão de cada fase de sua elaboração.

# PDP SANTO ANDRÉ

## coordenação

### Coordenação Geral:

- 1- Secretaria de Orçamento e Planejamento Participativo, responsável pela construção e implementação do processo matricial (interno) e participativo do Plano Diretor; e
- 2- Secretaria de Desenvolvimento Urbano, responsável pela coordenação técnica do Plano Diretor.

# PDP SANTO ANDRÉ

## coordenação

Além disso, formou-se uma coordenação composta por mais 6 secretários de áreas diretamente envolvidas com o plano (de Habitação e Inclusão Social; de Desenvolvimento e Ação Regional; de Serviços Municipais; a Subprefeitura de Paranapiababa e Parque Andreense, a EPT - Empresa Pública de Transporte; e o SEMASA – Serv. Mun. de Saneamento Ambiental) que analisou e discutiu técnica e politicamente as propostas e linhas de negociação do governo a serem debatidas com a sociedade em cada etapa.

# PDP SANTO ANDRÉ

O processo de discussão do Plano Diretor Participativo de Santo André se deu em 5 etapas, onde se realizaram cerca de 85 reuniões, com cerca de 2.300 participações registradas.

# 1<sup>A</sup> FASE - ESCUTA COM A SOCIEDADE

## População

### NOVEMBRO DE 2002

Com o objetivo de informar sobre o início dos estudos, sensibilizar e mobilizar sobre a importância da discussão do Plano Diretor e do Estatuto da Cidade e colher subsídios para o PD, foram realizadas **8 reuniões** onde foi trabalhada a questão:

**O que Santo André pode esperar do novo Plano Diretor?**

**Reunião com Conselhos Municipais**

**6 Reuniões nas Regiões**

**Reunião com Entidades**



# 1ª FASE - ESCUTA COM A SOCIEDADE

## Entidades

### SETEMBRO DE 2002 - 8 entidades

Com o objetivo de iniciar um processo de diálogo com alguns atores sociais coletivos que atuam na produção do espaço urbano em Santo André procurando verificar os problemas que diferentes segmentos enfrentam na cidade e suas expectativas e demandas em relação ao Plano Diretor, foram realizadas entrevistas com:

**ACISA, SINDUSCON-ABC, Pólo Petroquímico, SECOVI, COSIPA, FEASA, OAB, Caixa Econômica Federal**

# 2ª FASE - ELEMENTOS PRELIMINARES

## Governo

### JAN A MARÇO DE 2003

Seminários matriciais de governo para construção de proposta de princípios, diretrizes para a política urbana e diretrizes específicas do Plano Diretor

# 2<sup>A</sup> FASE - ELEMENTOS PRELIMINARES

## População

### ABRIL E MAIO DE 2003:

Apresentação e discussão das propostas para:

• **Plano Diretor- princípios, diretrizes para a política urbana e diretrizes específicas;**

**Discussão com a população:**

- 22/04 - informativa - **200 pessoas**

- 14/05 - apresentação de propostas - **100 pessoas**



## 2ª FASE - ELEMENTOS PRELIMINARES Entidades

### MAIO DE 2003:

Discussão com entidades: 54 inscritas

- 05/05 - Apresentação da Leitura técnica e diagnóstico da cidade
- Apresentação dos princípios dos objetivos e diretrizes do Plano Diretor Participativo de Santo André
- 07/05- Apresentação e usos dos Instrumentos Urbanísticos do Estatuto da Cidade
- 12/05- Dinâmica sobre o uso dos instrumentos urbanísticos do Estatuto da Cidade – Instituto Pólis

# 2ª FASE - ELEMENTOS PRELIMINARES

## Entidades

- 13/05 - Desenvolvimento Econômico
- 20/05- Conservação Ambiental
- 21/05- Patrimônio Histórico e Cultural
- 26/05- Habitação e Áreas de Especial Interesse Social
- 28/05- Circulação Viária e Transporte
- 02/06- Macrozoneamento
- 11/06- Reunião de fechamento dos trabalhos com a população e entidades



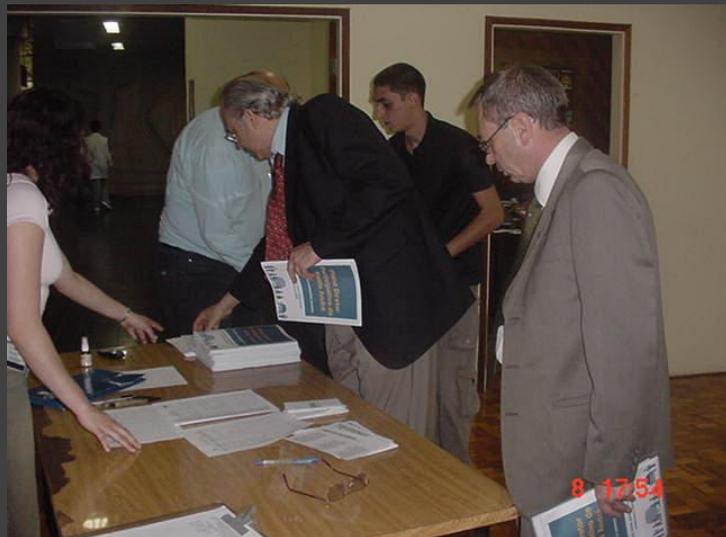
# 2<sup>A</sup> FASE - ELEMENTOS PRELIMINARES

## Entidades

### JULHO E AGOSTO DE 2003:

Retomou-se a discussão dos elementos preliminares com os empresários onde foram detalhadas as questões relativas ao desenvolvimento econômico local e as de interesse dos setores imobiliário e da construção civil

- 30/07 - Anfiteatro Municipal
- 18/08 - ACISA
- 18/08 - CIESP
- 26/08-RODHIA- Empr. do Eixo Tamanduatehy
- 28/08 - OAB



# INTERNET

Durante cada etapa do processo os dados e propostas produzidos nas discussões foram disponibilizados no endereço eletrônico.

[www.santoandre.sp.gov.br](http://www.santoandre.sp.gov.br)



# CURSO DO ESTATUTO DA CIDADE

## A PARTIR DE JULHO DE 2003:

Com o objetivo de subsidiar a etapa seguinte das discussões, foram realizadas cursos sobre o Estatuto da Cidade, sendo:

- 7 oficinas pelas regiões da cidade e reunião de esclarecimento dos instrumentos urbanísticos na ACISA
- curso on-line disponível no endereço eletrônico

**cerca 150 pessoas realizaram estes cursos**



# 3ª FASE - TEXTO BASE DO PD Governo

## JULHO E AGOSTO DE 2003:

Discussão interna das propostas apresentadas e discutidas na etapa anterior e construção do texto base a ser apresentado à população.

# 3ª FASE - TEXTO BASE DO PD

## segmentos da sociedade

### SETEMBRO E OUTUBRO DE 2003:

As discussões foram feitas, separadamente, com os seguintes segmentos da sociedade:

- 1- Movimentos Sociais;
- 2- Empresários ligados ao desenvolvimento urbano;
- 3- ONG's, Entidades Técnicas, acadêmicas e de pesquisa.

## 3ª FASE - TEXTO BASE DO PD eleição de delegados

Foram eleitos(as) nesta etapa os delegados da sociedade no congresso da cidade, que contou com 200 delegados(as) com direito a voto, sendo, 40% governo e 60% sociedade, onde:

- 60 representantes dos Movimentos Sociais;
- 40 representantes dos Empresários ligados ao Desenvolvimento Urbano;
- 20 representantes das ONG's e entidades técnicas, acadêmicas e de pesquisa.

# 4ª FASE – PROJETO DE LEI - NEGOCIAÇÕES ENTRE DELEGADOS

## OUTUBRO E NOVEMBRO DE 2004:

Governo transformou em minuta de projeto de lei o texto base aprovado na etapa anterior e o disponibilizou para análise dos segmentos sociais.



# 4ª FASE – PROJETO DE LEI - NEGOCIAÇÕES ENTRE DELEGADOS

## DEZEMBRO DE 2003 A FEVEREIRO DE 2004:

Foram realizadas de 16 reuniões negociação com representantes dos segmentos, a respeito dos conflitos já mapeados anteriormente, onde vários pontos conflitantes foram negociados, revistos e consensuados.

Para subsidiar as negociações foi realizado Seminário sobre Plano Diretor - outros olhares.



# 5ª FASE - CONGRESSO DA CIDADE

## FEVEREIRO DE 2004:

Governo sistematizou as emendas provenientes do período de negociações, destacando os conflitos que deveriam ser resolvidos no Congresso da cidade.

## 5ª FASE - CONGRESSO DA CIDADE

É o espaço de discussão e deliberação final no âmbito do Executivo Municipal do Texto do Projeto de Lei do Plano Diretor .

Estiveram presentes 336 pessoas, sendo:

- 45 delegados(as) dos Movimentos Sociais;
- 28 delegados(as) dos Empresários ligados ao Desenvolvimento Urbano;
- 15 delegados(as) das ONG's e entidades técnicas, acadêmicas e de pesquisa.
- 79 delegados(as) do governo
- 169 convidados(as) ou munícipes



## 5ª FASE - CONGRESSO DA CIDADE

Para discussão em plenária, foi entregue um caderno de emendas ao documento: “Minuta do Projeto de Lei para discussão no Congresso da Cidade”, de novembro de 2003, estas emendas foram debatidas, analisadas e deliberadas no Congresso.

Elas se classificaram desta forma, com os seguintes resultados:

## 5ª FASE - CONGRESSO DA CIDADE

- Alteração de redação - dos 25 artigos com alteração de redação, 24 foram aprovados e foi 1 encaminhado à Comissão Relatora para acertar redação.
- Alteração de conteúdo feita pelo Governo – dos 27 artigos com o conteúdo negociado na etapa anterior, trazidos para análise e discussão de sua redação jurídica, 24 foram aprovados, 2 foram negociados e consensuados no congresso e 1 foi à votação em plenária.

## 5ª FASE - CONGRESSO DA CIDADE

- Alteração de conteúdo negociada – dos 23 artigos com conteúdo novo apresentados pelo governo, 13 foram aprovados, 6 foram negociados e consensuados no congresso, 2 foram encaminhados à Comissão Relatora para acertar redação e 2 foram à votação em plenária.
- Conflito – Dos 185 artigos do PD, 12 artigos não tiveram consenso entre os segmentos nas etapas anteriores e foram à discussão e deliberação - destes, 4 foram negociados e consensuados no congresso e 8 foram à votação em plenária.



# COMISSÃO RELATORA

O Regimento Interno do Congresso previu uma Comissão Relatora composta por 2 representantes de cada **segmento da sociedade** e 6 representantes do **governo**, com as seguintes atribuições:

- Sistematizar as resoluções do Congresso da Cidade;
- Analisar as propostas de alteração de redação apresentadas por escrito no Congresso e
- Finalizar o Projeto de Lei do Plano Diretor a ser encaminhado à Câmara.

Foram realizadas 4 reuniões da comissão e uma plenária geral onde se apresentou o resultado para todos os delegados(as)

# APROVAÇÃO NA CÂMARA MUNICIPAL

Quando se iniciou a discussão do PD na Câmara, algumas pessoas e entidades buscaram, junto ao executivo, e ao legislativo a inclusão de novas propostas.

Em respeito ao processo participativo, a discussão acabou aglutinando, no mesmo espaço, representantes da Prefeitura, da Câmara e dos segmentos que compuseram o Congresso da Cidade.

# APROVAÇÃO NA CÂMARA MUNICIPAL

Em debates cotidianos, 4 pontos foram acordados e apresentados como emendas pelos vereadores, estes pontos não alteram o conteúdo original do PDP.

O Plano foi aprovado em 02 de dezembro de 2004 e foi aprovado por todos os vereadores presentes.



**Plano Diretor  
Participativo  
Vinhedo/SP**

Plano Diretor do Município de Vinhedo 2006

# **DISCUSSÃO PÚBLICA DO PLANO DIRETOR DE VINHEDO**

**ETAPA I  
PREPARAÇÃO DO PROCESSO  
nov. e dez. 2005**

# ETAPA I

## PREPARAÇÃO DO PROCESSO

nov. e dez. 2005

Objetivo: sensibilização dos técnicos e comunidade

Atividades desenvolvidas:

formação e capacitação do Grupo Técnico de Governo;

formação e sensibilização do Grupo Gestor

construção da abordagem da Cartilha do Plano Diretor específica para Vinhedo - com exemplos práticos de que o plano poderia interferir em questões relevantes para cidade - afim de que a comunidade se identificasse e percebesse a importância e urgência do tema.

# ETAPA I

## PREPARAÇÃO DO PROCESSO

nov. e dez. 2005

### GRUPO GESTOR

Composto por 17 representantes de:

governo; movimentos sociais; ONG's, entidades técnicas, acadêmicas e de pesquisa e; empresários ligados à produção da cidade.

Papel de coordenação geral do Plano, preparação, condução e monitoramento de todo o processo;

-Não delibera sobre o conteúdo do Plano.

ETAPA II  
A VINHEDO QUE TEMOS  
dez. 2005 a maio de 2006

## ETAPA II

# A VINHEDO QUE TEMOS

dez. 2005 a maio de 2006

Objetivo: Leitura Comunitária, Técnica e Jurídica

Atividades desenvolvidas:

Pesquisa via conta d'água;

Pesquisa via escolas;

Pesquisa com entidades;

I Fórum para apresentação da Leitura da Realidade

# LEITURA COMUNITÁRIA

## Metodologia utilizada

- Objetivo de **sensibilizar, mobilizar e escutar** a comunidade a fim de conhecer a sua realidade, seus problemas, potencialidades e expectativas para o futuro, além de **motivá-la a participar** das etapas posteriores.
- trabalhou paralelamente sob dois focos - **população em geral** e; **entidades e movimentos organizados da sociedade**.

# LEITURA COMUNITÁRIA

## 1ª FASE

### Questionários conta de água

# 1ª FASE – CONTA DE ÁGUA

- Objetivo de **informar e sensibilizar** a comunidade para a discussão do futuro de Vinhedo através do Plano Diretor
- Focou toda **a cidade** através de um questionário entregue **junto com a conta de água** e de devolução espontânea.
- Foram distribuídos 15.640 questionários e devolvidos 594, ou seja **3,8% da população respondeu ao questionário.**

# LEITURA COMUNITÁRIA

## 2ª FASE

Questionários de entrevista com entidades e movimentos organizados da sociedade

## 2ª FASE – ENTIDADES

- Foi direcionada a entidades dos segmentos: Movimentos Sociais; ONG's, Entidades Técnicas, Acadêmicas e de Pesquisa; e Empresários ligados à produção da cidade.
- Teve o objetivo de **iniciar o diálogo** com as entidades e verificar **os problemas** que os diferentes segmentos enfrentam na cidade e **suas expectativas e demandas** em relação ao Plano Diretor.
- Retornaram **15** questionários

# LEITURA COMUNITÁRIA

## 3ª FASE

Questionários de aprofundamento das questões  
aplicado via escolas

## 3ª FASE – ESCOLAS

- Objetivo: **aprofundamento das questões**
- Focou as **famílias dos alunos** da rede municipal e estadual de ensino fundamental e trabalhou também com **grupos específicos e já organizados** - de Idosos, de Jovens da Capela e de famílias dos associados das entidades do Grupo Gestor do Plano Diretor
- Foram devolvidos **3081** questionários - **18,8%** da população de Vinhedo discutiram e responderam ao questionário.

## 3ª FASE – ESCOLAS

- A Secretaria de **Educação** definiu que, paralelo à discussão do Plano Diretor, **as professoras trabalhariam com os alunos**, nas diversas disciplinas, o tema a “**Vinhedo que Queremos**” durante o ano letivo de 2006, **levando** assim a **discussão da sala de aula para o núcleo familiar**, resgatando a **identidade com a cidade e fortalecendo o debate** do Plano Diretor.
- Os **trabalhos realizados** pelos alunos durante o ano **foram expostos** no I Fórum

ETAPA III  
A VINHEDO QUE QUEREMOS  
mai. e jun. 2006

## ETAPA III

# A VINHEDO QUE QUEREMOS

Mai. e jun. de 2006

Objetivo: Elaboração dos Eixos Estratégicos, Temas Prioritários e Cenário para um futuro desejado

Atividades desenvolvidas:

Discussão por segmentos sociais trabalhando com construção de consensos; (entidades técnicas e ONG's, Empresários e Movimentos Sociais) – 10 reuniões

II Fórum para apresentação dos eixos e eleição dos delegados

# Reuniões com cada Segmento Social

12/06 - Apresentação breve da leitura da realidade e da proposta preliminar do governo “A Vinhedo que Queremos”.

19/06 - Apresentação e discussão da proposta de cada segmento a partir da proposta preliminar do governo.

26/06 - Construção de consensos sobre a contra proposta do governo (composta por sugestões dos segmentos apresentadas na 2ª reunião).

## Reunião geral com todos os segmentos sociais

03/07 - Discussão e negociação, entre os segmentos, dos conflitos não consensuados na 3ª reunião a fim de buscar consensos.

- Construção da proposta final “A Vinhedo que queremos”.

## 10/07 – II Fórum

- Apresentação da proposta final consensuada entre os segmentos “A Vinhedo que queremos”
- Escolha dos delegados do Plano Diretor

# Escolha de delegados do Plano Diretor

Proposta negociada e aprovada pelo Grupo Gestor do PD:

**40% - Governo**

30 representantes

**15% - Entidades técnicas e ONG's**

11 representantes

**20% – Empresários**

15 representantes

**25% – Movimentos Sociais**

19 representantes

# Movimentos Sociais

Os delegados dos movimentos sociais foram eleitos durante o II Fórum ou em reuniões posteriores nas regiões.

CONSELHOS - 2 delegados

SINDICATOS DE TRABALHADORES - 1delegado

BAIRROS - 16 delegados

BAIRRO	projeção	percentual	nº de deleg. Proporcional	proposta final de delegados
	populacional 2005	populacional	à população do bairro	por bairros agrupados
CAPELA	12534	22,6	3,6	4
JOÃO XXIII	7359	13,3	2,1	2
CENTRO	6923	12,5	2,0	2
VISTA ALEGRE	4565	8,2	1,3	1
ST. CLAUDINA	4486	8,1	1,3	1
NOVA VINHEDO	4470	8	1,3	1
ST. ROSA	2754	5	0,8	1
MARAMBAIA	3046	5,5	0,9	1
SÃO JOAQUIM	1372	2,5	0,4	
CAIXA D'ÁGUA	1956	3,5	0,6	1
MONTE ALEGRE	194	0,3	0,0	
CACHOEIRA	119	0,2	0,0	
BOSQUE	859	1,5	0,2	
OBSERVATÓRIO	307	0,6	0,1	
PINHEIRINHO	1388	2,5	0,4	1
BURACÃO	598	1,1	0,2	
PAIOL VELHO	596	1,1	0,2	
SANTA CANDIDA	1184	2,1	0,3	1
BENEDITO	663	1,2	0,2	
MOINHO	158	0,3	0,0	
<b>TOTAL</b>	<b>55531</b>	<b>100,1</b>	<b>16,0</b>	<b>16</b>

OBS: Bairros de pelo menos 0,8 representantes na coluna "nº de delegados proporcional à população bairro" têm garantido um representante no Plano Diretor, os demais foram agrupados por proximidade, a fim de garantir a representatividade de toda a cidade.

# VALINHOS



ITATIBA

LOUVEIRA

ITUPEVA

## DISTRIBUIÇÃO DE DELEGADOS POR BAIRRO

ETAPA IV  
COMO CONSTRUIR A VINHEDO QUE QUEREMOS  
Jul.a out. 2006

## ETAPA IV

# COMO CONSTRUIR A VINHEDO QUE QUEREMOS

jul. a out. de 2006

Objetivo: Elaboração do Texto base do Plano Diretor

Atividades desenvolvidas:

Oficina de capacitação sobre os instrumentos do Estatuto;  
Discussão com segmentos sociais e temática buscando construção de consensos através de mesa de negociação – 22 reuniões;  
I Conferência – apresentação da proposta consensuada e deliberação dos conflitos.

# OFICINA DE CAPACITAÇÃO SOBRE OS INSTRUMENTOS DO ESTATUTO DA CIDADE

Foram realizadas 4 oficinas de capacitação (8h) sobre os instrumentos de política urbana do Estatuto da Cidade focada nos segmentos que discutem o PD (governo, movimentos sociais, entidades técnicas acadêmicas e de pesquisa e empresários ligados à produção da cidade).

# Reuniões com Segmentos Sociais

22/08 - Apresentação da proposta do governo;

23/08 a 18/09 - Discussão do texto base entre os segmentos sociais:

- Foi proposto pelos segmentos sociais prorrogação de um mês para que eles pudessem se reunir entre si afim de discutir profundamente e com autonomia o Texto Base para elaborarem as contrapropostas, foram realizadas cerca de 12 reuniões.

19/09 - apresentação da proposta dos segmentos;

28/09 - Apresentação da Contraproposta do Governo com destaque dos conflitos surgidos;

- Determinação de agenda para negociação dos conflitos específicos;

# Reuniões com Segmentos Sociais

02/10 a 09/10 – Rodada de Negociação dos conflitos específicos

Reuniões específicas para buscar consensos nos conflitos apontados:

02/10 – Macrozoneamento, zoneamento, uso, ocupação e parcelamento do solo e instrumentos da política urbana

03/10 – Regularização dos loteamentos fechados e Sistema de Gestão

04/10 – Sistema Viário

05/10 – Zonas de Especial interesse Social, Ambiental, Agrícola e Cultural e retomada de conflitos apontados nas outras reuniões;

09/10 - Regularização dos loteamentos fechados

# Discussão Pública – Etapa 4

## 17/10 – PRÉ-CONFERÊNCIA

- Palestra sobre Planos Diretores no Brasil  
Prof. Dra. Raquel Rolnik Secr. Nac. de Programas Urbanos
- Ministério das Cidades
  - Apresentação dos pontos negociados e dos conflitos (14) para aprovação da plenária a serem deliberados na Conferência
  - Regimento Interno da I Conferência

## 21/ 10 – CONFERÊNCIA

- Deliberação final do texto base do Projeto de Lei do Plano Diretor Participativo de Vinhedo
- Escolha da Comissão de Redação

# Discussão Pública – Etapa 4

30/ 10 – CONFERÊNCIA II

A representante da OAB, moradora do condomínio Marambaia, através de uma liminar suspendeu a conferência, que foi retomada 9 dias depois;

NOVEMBRO E DEZEMBRO DE 2006 – REDAÇÃO DO PL –  
MONITORAMENTO DA COMISSÃO DE REDAÇÃO

23/ 12 – MINUTA DO PD ENVIADA À CÂMARA

17/ 02 – APROVAÇÃO NA CÂMARA POR UNANIMIDADE

Todo o conteúdo do Plano Diretor de Participativo foi mantido na íntegra e os vereadores apenas fizeram algumas alterações nos prazos dos planos contidos no texto e algumas mudanças na redação.

Aprendizados: É fundamental para a construção de processos participativos efetivos....

- Capacitar e envolver os técnicos das diversas áreas relacionadas ao desenvolvimento territorial para construção de proposta de governo concisa para fazer a discussão pública com coerência e transparência;
- Entender a dinâmica de organização social local, mapear atores, para desenvolver a metodologia de participação específica para o projeto e população envolvida;
- Buscar, na construção do processo, formas de fortalecimento das organizações locais e de fazer emergir novas lideranças;
- Compor um grupo coordenador do processo que conte com representantes do governo e de todos os segmentos da sociedade de forma a acompanhar o processo e, principalmente, construir a metodologia de participação, corrigindo rotas, ou inserindo novas etapas se necessário;

- Elaborar estratégia de comunicação que atinja os diversos atores sociais;
- Realizar reuniões em horários e locais compatíveis com a disponibilidade do público que se quer envolver;
- Fazer a discussão pública em cada uma das etapas construindo o conhecimento em conjunto com a comunidade;
- Disponibilizar material, apresentar e explicar a proposta do governo nas diversa etapas, abrindo espaço para esclarecimentos de dúvidas da sociedade;
- Estabelecer prazos para a apresentação das propostas pela sociedade que garantam tempo para a discussão e reflexão entre os segmentos;

- Publicar passo-a-passo, pelo menos na página eletrônica da prefeitura as propostas, consensos e deliberações durante todo o processo;
- Estabelecer durante o processo a “mesa de negociações” e legitimá-la. Nenhuma demanda deve ser recebida pelo executivo em instâncias privilegiadas, como gabinetes de secretários;
- Estabelecer a agenda para discussões e negociação de conflitos de comum acordo com os participantes de forma a garantir a presença de todos os segmentos interessados
- Capacitar sociedade para questões técnicas específicas, mas entendendo o processo em si como principal capacitador de técnicos e população;

- Trabalhar focando, sempre que possível, a construção de consensos, mesmo a partir de interesses específicos, mantendo o foco da discussão na melhoria da cidade.
- Ter espaços permanentes de proposição, construção e negociação e deliberação de propostas;
- Compartilhar também as responsabilidades pela cidade, construir pactos de co-responsabilidades com os diversos atores sociais;
- Pensar em formas de respaldar os representantes eleitos para os espaços formais de participação de forma a evitar repetir o mesmo vício clientelista e populista existente em outras esferas públicas;
- Pensar instrumentos que estimulem, formem e renovem os representantes dos espaços formais de participação cidadã.

entre muitas outras coisas....

**Obrigada!**

**[paolamanso@uol.com.br](mailto:paolamanso@uol.com.br)**

**O que devemos fazer para ampliar a participação dos diversos segmentos sociais da cidade na revisão do Plano Diretor?**